

A ARTE DA ESTRATÉGIA*

Só os mortos viram o fim da guerra.
(PLATÃO, *apud* GRAY, 2006, p.19)

ANTONIO RUY DE ALMEIDA SILVA**
Contra-Almirante (Ref³)

SUMÁRIO

Introdução
Política, Guerra e Estratégia
A Arte da Guerra e os fatores materiais e imateriais
Teóricos do Poder Marítimo
A Estratégia e o Poder Aéreo
Conclusão

INTRODUÇÃO

A palavra Estratégia, originalmente estabelecida para significar “a arte do general”, evoluiu no tempo, ganhando novas definições e se popularizando de tal forma que uma pesquisa na internet feita em 25 de maio de 2020, utilizando

esta palavra, apontava cerca de 51,5 milhões de resultados. Apesar das mais diversas definições nos mais variados campos da atividade humana, a Estratégia trata, basicamente, do emprego de meios para atingir fins. E, especificamente, nos Estudos Estratégicos, os meios são os instrumentos de força, e os fins são os

* Este artigo foi escrito originalmente há mais de uma década, como um capítulo de um livro que seria publicado pelo então Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF). A versão atual manteve basicamente a mesma estrutura, e o texto foi modificado apenas para complementar algum ponto que se fazia necessário para clarificar conceitos e ideias dos autores analisados. Ele foi publicado, com pequenas alterações, na *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, v. 12, n. 23 (2020).

** Doutor em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Conselheiro do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha. Membro do Grupo de Avaliação da Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo (Gacint-USP). Autor do livro *A Diplomacia de Defesa na Política Internacional*.

objetivos políticos que se deseja alcançar. Conforme sintetizado por Colin Gray, “a política provê a estratégia com seu propósito, enquanto a estratégia provê a política com o caminho pelo qual o propósito pode ser na prática realizado. A relação entre política e estratégia é de mútua dependência” (GRAY, 2017, p.1).

Ao longo da História, diversos autores trataram da Estratégia, ajudando a constituir um formidável acervo de contribuições sobre o tema. O emprego e a ameaça do uso dos instrumentos de força vêm sendo estudados por séculos, já que a força tem jogado um papel importante para influenciar comportamentos ou dirimir disputas. Sun Tzu já dizia, há mais de 2.500 anos, que “a arte da guerra é de importância vital para o Estado... Assim, em nenhuma circunstância deve ser negligenciada” (SUN TZU, 1983, p.7).

Seja na guerra ou na paz, o poder militar desempenha um papel importante, e alguns autores consideram que a mera presença do poder militar em tempos de paz pode dar uma maior contribuição para a consecução de objetivos políticos do que o seu próprio uso (ART, 2004). Por outro lado, o papel dos instrumentos de força e a sua utilidade têm sido também alvos de críticas, e outros autores argumentam que a própria existência desses instrumentos é um fator que gera mais insegurança ou que as “velhas guerras” entre Estados são um anacronismo¹. O término da Guerra-Fria contribuiu para esse debate, e vive-se hoje um período semelhante a outros períodos do passado nos quais a guerra e o papel do Poder Militar são questionados, colocando-se em dúvida a importância dos instrumentos de força nas Relações Internacionais.

O final daquele período significou o término de uma época em que as considerações estratégicas eram mais previsíveis. Estamos vivendo agora uma fase de transição na qual a natureza dos desafios estratégicos ganha nova dimensão e a imprevisibilidade e a análise estratégica se tornam mais complexas. No entanto, já se anuncia no horizonte uma grande mudança na segurança internacional: a redução da importância do terrorismo e o retorno da competição entre as grandes potências, anunciados na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América (EUA), publicada em 2017 (SILVA e MARCONDES, 2019).

Assim sendo, este artigo parte das premissas de que os Estudos Estratégicos continuam sendo um importante campo do conhecimento e de que o entendimento da Estratégia contribui para a política contemporânea, sendo parte inseparável da mesma. Como disse Clausewitz, existe uma íntima relação entre meios e objetivos a alcançar, sendo o motivo político pelo qual se luta o fator que determina as considerações sobre os meios que se usa (BRODIE, 1973). É essa íntima relação que faz com que o conhecimento da Estratégia se mantenha como um importante campo que contribui para a política contemporânea. Portanto, não só os militares necessitam ter algum nível de conhecimento da política, como, principalmente, os políticos necessitam ter um nível adequado de conhecimento dos assuntos militares.

Desta forma, o artigo busca analisar, muito sucintamente, algumas das contribuições teóricas mais importantes deste tema, abordando algumas das ideias de pensadores “clássicos” da Estratégia, como Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz,

1 Mary Kaldor, por exemplo, defende que, “à medida que o Estado moderno, centralizado e territorializado, dá lugar a novos tipos de políticas, fruto dos novos processos globais, a guerra, como a concebemos atualmente, está se tornando um anacronismo” (KALDOR, 2012, p. 44).

Jomini, Mahan, Corbett, Douhet e Mao Tsé-Tung, por considerar que muitas das suas ideias permanecem úteis no entendimento desse campo de conhecimento. Naturalmente, toda escolha implica exclusões, e outros autores poderiam ser acrescentados. No entanto, este texto não tem nenhuma pretensão de mostrar a imensa gama de autores que trataram da Estratégia ao longo da História, nem mesmo mostrar a profundidade das obras dos autores escolhidos. O que se pretende é apenas relacionar alguns conceitos e algumas das suas principais ideias, com o intuito de que isso estimule aqueles que se interessam pela arte da estratégia a aprofundar seus conhecimentos por meio da leitura das obras desses autores.

Na primeira parte do artigo, que trata da relação entre política, guerra e estratégia, as ideias dos autores vão sendo correlacionadas à medida que os temas e os conceitos vão sendo apresentados. Na segunda e terceira parte, que tratam, respectivamente, de alguns teóricos do poder marítimo e do poder aéreo, preferi manter a divisão por autores, embora algumas pequenas correlações tenham sido apontadas.

POLÍTICA, GUERRA E ESTRATÉGIA

Para Sun Tzu, a guerra é assunto vital para o Estado. “É uma questão de vida ou morte, um caminho tanto para a segurança quanto para a ruína” (SUN TZU, 1983. p.7) e deve ser amplamente estudada. Por sua vez, Maquiavel aconselhava que os príncipes não deveriam estudar outro tema que não fosse a arte da guerra, pois o desprezo por essa arte seria a principal causa da perda dos Estados (MAQUIAVEL, 1979). Segundo Clausewitz, a guerra é um ato de força no qual dois beligerantes tentam

impor a sua vontade sobre o outro (CLAUSEWITZ, 1989). Tanto Clausewitz quanto Sun Tzu reafirmam que a Estratégia se subordina à Política. Cabe aos políticos decidirem se o país se engajará em um conflito, quais são os propósitos a serem atingidos e as limitações ao emprego do poder militar. Quando o propósito político for de importância vital para os oponentes, a guerra tenderia a ser ilimitada. Quando o propósito fosse de menor importância, a guerra teria um caráter limitado. Assim sendo, a guerra seria a continuação da política por outros meios. Essa é também a visão de Jomini e Mao Tsé-Tung: a guerra tem sempre um caráter político.

Para Sun Tzu, a paz e a guerra não são claramente distinguidas. Os aspectos não materiais da guerra desempenham um papel mais importante que os fatores materiais, e a guerra não se limita aos fatores militares. Ela abrange uma variedade de meios não militares, que incluem a diplomacia, a economia, a psicologia e os fatores morais. Desta forma, diplomacia e guerra formam um *continuum*, elas são partes essenciais do mesmo conflito; e Sun Tzu trata no seu livro de aspectos relacionados com a diplomacia, a barganha e a negociação (SUN TZU, 1983). Clausewitz, no entanto, considera a diplomacia e a guerra como independentes. Em seu livro *Da Guerra*, analisa o fenômeno da guerra propriamente dito, que para ele começa quando a diplomacia falha e o uso dos instrumentos de força ganham predominância. No entanto, embora não discorrendo sobre a diplomacia, ele considera que o intercuro político com o adversário continua a desempenhar um importante papel durante a guerra (CLAUSEWITZ, 1989). Mao Tsé-Tung vai concordar com Clausewitz afirmando que, a partir do momento em que a Política não consegue prosseguir por meio

da diplomacia, a guerra é o meio para atingir os objetivos desejados, mas, por outro lado, ele defende que “a Política é a guerra sem derramamento de sangue, e a guerra, a Política sangrenta” (TSÉ-TUNG, 1963, p. 227).

Clausewitz considera que a teoria não deve ser desenvolvida para se obter fórmulas para resolução de problemas ou para estabelecer princípios imutáveis. Assim sendo, ele desenvolve uma moldura analítica que possibilita acompanhar o processo usado para chegar aos conceitos por ele desenvolvidos, utilizando, muitas vezes, o processo dialético hegeliano. Um exemplo típico dessa sua metodologia é o uso dialético do conceito do “tipo ideal” da “guerra total ou absoluta” para afirmar que, teoricamente, o fenômeno da guerra, considerada como uma luta para submeter um oponente à vontade do outro, implicaria a aplicação contínua e progressiva de todos os recursos e força disponíveis dos dois lados até que um oponente desistisse

da contenda. No entanto, ele afirma que esse “tipo ideal” nunca acontece na prática e que a guerra sempre será limitada. As diferenças entre o tipo ideal e a guerra na realidade permitiram que Clausewitz desenvolvesse conceitos como a natureza da guerra, sorte e atrito, o papel da incerteza, a primazia das considerações políticas e a importância da relação entre objetivos e meios (CLAUSEWITZ, 1989). Sun Tzu parece também utilizar um “tipo ideal” quando diz que “na guerra a melhor política é tomar o Estado intacto” e que o melhor

é a vitória sem derramamento de sangue, submetendo o inimigo à nossa vontade sem lutar (HANDEL, 2002).

A ARTE DA GUERRA E OS FATORES MATERIAIS E IMATERIAIS

Segundo Clausewitz, os fatores imateriais da guerra, as possibilidades abertas aos contendores, o gênio militar e as qualidades do estadista e as complexidades da natureza humana, com seus aspectos irracionais, fazem com que a guerra seja uma arte na qual a criatividade, a intuição e o talento se fazem necessários, e em que leis e princípios imutáveis não se aplicam. Assim

sendo, é impossível formular uma teoria positiva da guerra, e os “princípios da guerra” possuem apenas uma validade relativa. Isso não significa que não existam aspectos da guerra que possam ser estudados cientificamente; no entanto, sendo uma arte, a guerra nunca poderá ser entendida na sua

Para Clausewitz, sendo uma arte, a guerra nunca poderá ser entendida na sua plenitude, o que obriga os decisores políticos e militares a se posicionarem diante do conflito sem ideias preconcebidas

plenitude, o que obriga os decisores políticos e militares a se posicionarem diante do conflito sem ideias preconcebidas, partindo do pressuposto que cada conflito tem suas peculiaridades. Cada conflito está imerso em um contexto social específico e nas complexidades da natureza humana (CLAUSEWITZ, 1989).

Embora se diga que Jomini tentou representar o estudo da guerra de uma forma mecânica, na verdade seus escritos parecem indicar que ele também considerava a guerra uma arte, pelo menos

nos altos níveis decisórios, subordinada à política. Nos níveis mais baixos das forças em conflito, ele considerava que princípios gerais podiam ser aplicados de forma “científica”, cabendo ao gênio militar orientar a correta aplicação desses princípios (HANDEL, 2002).

Mao Tsé-Tung não acreditava em “gênios militares”. Ele considerava que era possível conduzir uma análise objetiva, racional, “científica” da situação, mas ao mesmo tempo considerava a experiência como fundamental. No entanto, se a experiência na guerra pode ter uma utilidade maior nos níveis mais baixos, nos níveis mais altos, como cada guerra é única, a experiência pode levar os líderes militares a tomarem decisões fundamentadas em experiências vitoriosas passadas, mas que não são adequadas ao caso em tela. Mesmo assim, Maquiavel, Clausewitz e Mao enfatizavam o estudo da História como uma fonte de conhecimento das guerras passadas. Esse conhecimento ajudaria no entendimento do fenômeno e na visão de como determinados problemas foram solucionados em determinados contextos, com a ressalva de que esse conhecimento seria sempre subsidiário e relativo, devido aos diferentes contextos nos quais cada guerra acontece. A dificuldade seria como aliar a teoria com a prática, em face do grau de incerteza que a guerra contém. A Estratégia é arte e, como tal, tem que ser predominantemente criativa e instintiva, sem desprezar os elementos objetivos.

Segundo Sun Tzu, a arte da guerra é governada por cinco fatores: o governo, o povo, os aspectos militares, o clima e o terreno. É interessante notar como os três primeiros desses fatores coincidem com a trindade de Clausewitz. A combinação desses fatores determina o sucesso da guerra. O povo joga sempre um papel importante porque é ele que arca com os custos hu-

manos e materiais da guerra. Sun Tzu fala sobre a necessidade de harmonia entre governo e povo, o que facilitaria a mobilização, e alerta do perigo de se perder o apoio popular em guerras prolongadas (SUN TZU, 1983). Maquiavel vai enfatizar a necessidade de tropas oriundas da própria população por meio de um sistema de recrutamento militar (MAQUIAVEL, 1979). Mao Tsé-Tung vai destacar o fator povo, ao afirmar que a guerra revolucionária é uma guerra das massas populares e que provém delas a maior fonte de energia para o conflito. O povo é fundamental para a guerra revolucionária, não só como base de apoio, mas também na constituição das guerrilhas populares. As guerrilhas e o exército são os dois braços desse tipo de guerra (TSÉ-TUNG, 1963).

Clausewitz (1989) ressalta que a análise estratégica tem que monitorar e avaliar as circunstâncias políticas que podem originar os conflitos e afetar sua condução, considerar a opinião do povo e suas reações e estabelecer as condições e os problemas que vão ser encontrados pelo Comandante no Teatro de Operações (CTO). Segundo ele, esses três aspectos são variáveis em suas relações mútuas. Uma teoria que ignore qualquer desses aspectos ou que trate de estabelecer uma relação arbitrária entre os mesmos entraria em conflito com a realidade em tal grau que só por essa causa seria completamente inútil. Essa é a crítica àqueles estrategistas militares que fogem da realidade para estabelecer estratégias absurdas, fundamentadas apenas em fatores geopolíticos, considerando o outro lado como mera encarnação do mal (HOWARD, 1987).

Para Clausewitz, uma das mais importantes tarefas do decisor é entender a natureza da guerra, que ele considera complexa e mutável. Para ele, o supremo ato de julgamento que o estadista e o chefe

militar devem praticar é estabelecer qual a natureza da guerra na qual estão se envolvendo (CLAUSEWITZ, 1989). Mao Tsé-Tung vai concordar, dizendo que, a menos que seja entendida a natureza, as circunstâncias e as relações da guerra com outros campos, não será possível vencê-la (TSÉ-TUNG, 1963). Sun Tzu vai afirmar que o conhecimento do inimigo e de si próprio é fundamental para a vitória (SUN TZU, 1983). As dificuldades vividas pelos EUA em relação à intervenção no Iraque e no Afeganistão são exemplos recentes da má avaliação da natureza da guerra.

Todos os autores citados enfatizam que a relação entre meios e fins desempenha um papel fundamental na guerra. Os fins podem variar, dependendo dos meios e das mudanças políticas ou estratégicas que ocorrem durante o conflito. A relação entre meios e fins é fundamental, mas ao mesmo tempo é necessário que o CTO tenha liberdade de ação para explorar as possibilidades de agir de forma a contribuir para a vantagem na guerra. Esse é um dos paradoxos da guerra, que não tem fórmula pronta para ser resolvido: o equilíbrio para reduzir a tensão entre a liberdade de ação do soldado, necessária para conduzir as operações militares, e os limites impostos pelas considerações políticas sobre o emprego da força. O conhecimento do político sobre a natureza da guerra e do militar sobre a natureza da política contribui para o alcance desse equilíbrio (BRODIE, 1973). No entanto, a Estratégia sempre deverá obedecer aos ditames da Política.

Clausewitz considerava que tanto os fatores materiais quanto a vontade

dos oponentes são inseparáveis e desempenham um papel fundamental nos conflitos. Ele considerava que derrotar o inimigo e/ou desarmá-lo são os principais propósitos do ato de guerrear (CLAU-SEWITZ, 1989). A importância dos fatores morais é particularmente relevante nos dias de hoje, em que a tecnologia ganhou uma proeminência de tal grau que se pode pensar que ela poderia solucionar os complexos problemas políticos e estratégicos envolvidos em um conflito armado. Os meios materiais terão sempre um papel de destaque, poderão influenciar mais ou menos, dependendo do tipo de conflito e das características da área de operações. No entanto, a força da vontade dos oponentes, considerando a vontade política dos governantes, a vontade do povo em apoiar o conflito e a vontade dos que lutam são fatores fundamentais para a vitória. A Guerra do Vietnã, o fracasso soviético no Afega-

nistão e as recentes dificuldades dos EUA no Iraque e no Afeganistão são exemplos que demonstram que a mera vantagem material e tecnológica não garante por si só a vitória. Essas dificuldades ressaltam a importância do pensamento de Sun Tzu quando ele defende a Estratégia indireta e considera que a surpresa, o engano e a dissimulação jogam um papel importante para derrotar o inimigo e que a força deve ser usada quando o inimigo está “desmoralizado e derrotado” (SUN TZU, 1983)

Clausewitz alertava, entretanto, que mesmo quando o sucesso militar é alcançado, raramente ele é a condição suficiente para se atingir os objetivos políticos que se

As dificuldades vividas pelos EUA em relação à intervenção no Iraque e no Afeganistão são exemplos recentes da má avaliação da natureza da guerra

deseja com o conflito. Ao afirmar que na guerra o resultado nunca é final, ele alertava para a necessidade de que os termos da paz, conduzidos política e diplomaticamente, levassem em consideração os interesses do lado vencido, de modo que o resultado, mesmo sendo desfavorável, fosse aceitável também para o perdedor. Os exemplos das Guerras Napoleônicas e da Primeira Guerra Mundial mostram a dificuldade de se conseguir uma paz duradoura quando os interesses dos vencidos não são considerados, de alguma forma, após a vitória militar (HANDEL, 2002).

Em síntese, essa primeira parte mostrou, de forma extremamente simplificada, algumas das principais ideias sobre a guerra e a estratégia relacionadas com o pensamento dos principais teóricos da guerra. As visões particulares sobre o Poder Marítimo e o Aéreo serão vistas em seguida.

TEÓRICOS DO PODER MARÍTIMO

Alfred T. Mahan, em seu livro *The Influence of Sea Power Upon History*, publicado em 1890, estuda, principalmente, a história da Grã-Bretanha no período compreendido entre 1660-1783, para mostrar o efeito do Poder Marítimo sobre o curso dessa história e sobre a prosperidade das nações.

Segundo Mahan, a história do Poder Marítimo é uma narrativa que mostra a enorme influência do transporte marítimo no comércio, na riqueza e no poder das nações, mas, ao mesmo tempo, conta os desencontros e a competição entre elas, que, frequentemente, culminaram em conflitos armados. Ele defende, portanto,

o estudo dessa história como forma de entender a guerra no mar, buscando lições e princípios oriundos do conhecimento do passado (MAHAN, 1987).

Mahan não definiu com precisão o conceito de Poder Marítimo. Algumas vezes ele é usado como a capacidade do poder militar na sua expressão naval de dominar o mar e, outras vezes, como o conjunto de atividades comerciais, acesso a mercados e a posse de colônias que contribuiriam para a riqueza e o poder de uma nação (CROWL, 1986)². No entanto, se a definição do conceito apresentava ambiguidades, o exemplo de nação que soubera utilizar o mar e se tornara um Poder Marítimo incontestável era para Mahan bem claro: a Grã-Bretanha.

Mahan apresenta o mar como um grande caminho, aberto a todos e que permite o livre fluxo de pessoas e mercadorias, e considera que uma Marinha tem prioritariamente a dupla missão de proteger o transporte marítimo e de interromper o comércio marítimo do oponente, o que conduziria à vitória e à paz. Dessa forma, o mar tem uma grande influência tanto na riqueza quanto na segurança dos Estados, e Mahan define quais são os elementos que ele considera que afetam o Poder Marítimo das nações: a posição geográfica, a conformação física, a extensão do território, o número da população, o caráter nacional, o caráter e a política do governo. Todos esses elementos devem ser considerados também em sua relação com as atividades marítimas. No campo naval, ele defendia a necessidade de os EUA terem uma Marinha com navios de batalha capazes de ofensivamente garantir o controle do mar (MAHAN, 1987, p.25-89).

2 Uma definição de Poder Marítimo: “Poder Marítimo é a capacidade que possui um Estado de usar o mar e/ou influenciar o conjunto das atividades políticas, econômicas, sociais, ambientais, da ciência e da tecnologia e da segurança e defesa relacionadas com o ambiente marítimo” (SILVA, 2017, p. 238). O componente militar do Poder Marítimo é denominado Poder Naval.

No período de 1887 a 1911, Mahan proferiu inúmeras aulas e palestras no US Naval War College. Essas apresentações foram reunidas em uma publicação na qual ele analisa a estratégia naval, relacionando-a, na prática, com a situação dos EUA na época. Uma das suas análises foi sobre a aplicação dos princípios estratégicos no Golfo do México e no Mar do Caribe. Esses trabalhos foram publicados mais tarde, em 1935. A moldura dessa análise abrange um período inquieto da História, no qual se destacam a ascensão das esquadras da Alemanha e do Japão, o declínio da Inglaterra, o desenvolvimento da Doutrina Monroe e a construção do Canal do Panamá (SILVA, 1994). Mahan considerava que o Canal teria grande importância por ligar o Atlântico ao Pacífico; e que o Caribe teria o seu valor estratégico incrementado. Sendo assim, ele alertava que os EUA não possuíam Poder Naval, nem bases estrategicamente situadas, de modo a controlar as linhas de comunicação marítimas da região. Dessa forma, Mahan afirmava que a análise estratégica realizada em 1887, no âmbito naval, concluiu pela necessidade “insinuada muito cautelosamente, porém com toda clareza, que era necessário obter posições em Cuba e Porto Rico”. Em 1909, Mahan, sutilmente, afirma que, “por diversas circunstâncias”, entre as quais a guerra contra a Espanha, os EUA lograram obter o controle dessas posições (os EUA detêm até hoje o controle da Base de Guantánamo e Porto Rico é um estado

associado), mas que faltava “unicamente a potente frota indispensável para assegurar o domínio” do mar (MAHAN, 1935).

Ao enfatizar o papel do Poder Marítimo, Mahan é criticado por não ter adotado uma metodologia mais rigorosa nos seus estudos, ter simplificado a complexidade dos temas históricos e, dessa forma, ter supervalorizado a influência desse poder nos acontecimentos do período que analisou (CROWL, 1986)³. Embora muitos considerem Mahan como um historiador naval, suas ideias contribuíram para incrementar o papel do Poder Marítimo na geopolítica dos EUA, para o desenvolvimento do Poder Naval norte-americano e para influenciar várias Marinhas ao redor do mundo⁴.

Outro grande teórico do Poder Marítimo foi Julian S. Corbett, que era um admirador das ideias de Clausewitz. No início do seu livro *Some Principles of Maritime Strategy*, Corbett analisa sucintamente algumas dessas ideias e conclui que tanto Clausewitz quanto Jomini concordavam a respeito do caráter político da guerra e da importância de se estabelecer a sua natureza. Ele parte a sua análise dos conceitos da guerra como um ato de violência para se obter um propósito político e da ideia de que a guerra variará de acordo com a natureza desse propósito e com a intensidade do desejo em alcançá-lo (CORBETT, 1911).

Embora Mahan tenha delineado a questão do controle do mar, é Corbett quem vai estruturar de forma clara esse conceito (WYLIE, 1989). Segundo ele, o propósito

3 Paul Kennedy, em seu livro *The Rise and Fall of British Naval Mastery*, considera que “Mahan é, e continuará sendo, o ponto de referência e partida para qualquer trabalho a respeito do Poder Marítimo” (KENNEDY, 1998, p. 9). No entanto, ao analisar os elementos do Poder Marítimo elencados por Mahan, ele aponta algumas limitações à sua abordagem, mostrando, por exemplo, como Mackinder estava certo ao afirmar que os grandes países com recursos naturais e comunicações terrestres poderiam suplantear pequenos estados marítimos como a Inglaterra.

4 Golbery do Couto e Silva considera Mahan como “o indiscutível precursor das práticas geopolíticas”. E, nesse sentido, o coloca ao lado de Mackinder, classificando ambos como “os dois grandes mestres da geopolítica prática” (SILVA, 2003, pp. 21;25).

da guerra naval deve sempre, direta ou indiretamente, assegurar o comando do mar e prevenir o inimigo de fazê-lo. Esse comando, no entanto, está sempre em disputa, e é essa disputa a razão de ser da estratégia naval. Corbett considerava que o comando do mar estava relacionado com aqueles interesses que o Estado desejava proteger ou assegurar (CORBETT, 1911, pp. 87-89). Para ele, além do direito de pesca, o outro único direito que importava assegurar no alto-mar era o direito de passagem, pois era fundamental para manter as comunicações marítimas do Estado e, em caso de conflito, negá-lo ao oponente.

O comando do mar significa o controle das comunicações marítimas, seja para fins comerciais ou militares... e difere fundamentalmente da conquista de território da guerra terrestre... O método

primário para usar a preponderância no mar e levar o oponente a buscar a paz é capturar ou destruir os navios inimigos no mar sejam eles privados ou públicos (CORBERTT, 1911, pp. 90-91).

Dessa forma, ele considerava que o processo de pressão econômica sobre o adversário é fundamental para a guerra no mar, e as linhas de abastecimento do oponente devem ser um dos objetivos prioritários das forças navais.

Sendo o propósito do comando do mar a conquista do controle das comunicações marítimas, esse controle pode existir em

vários graus: completo, se uma vitória ou uma preponderância decisiva foi alcançada, ou local, se não existem essas condições. Este último, normalmente, será temporário, pois o oponente pode concentrar forças de modo a contestar esse controle. Mesmo o controle devido a uma preponderância decisiva nunca será absoluto enquanto o oponente tiver forças navais que, mesmo inferiores, possam realizar ataques esporádicos contra as linhas de comunicações marítimas do lado mais forte. Finalmente, Corbett considerava que o controle do mar devia ser explora-

do com o propósito de contribuir para o controle dos espaços terrestres. Ou seja, as ações no mar eram um meio, e seus resultados deviam alcançar objetivos que fossem capazes de refletir em resultados em terra. Dessa forma, ele acreditava na importância das operações conjuntas e considerava

Corbett considerava que o processo de pressão econômica sobre o adversário é fundamental para a guerra no mar, e as linhas de abastecimento do oponente devem ser um dos objetivos prioritários das forças navais

que a principal preocupação da estratégia marítima era “determinar a mútua relação entre o Exército e a Marinha em um plano da guerra” (CORBETT, 1911, p.14). Ele afirmava que:

Como os homens vivem na terra e não no mar, os grandes problemas entre as nações em guerra sempre serão decididos – exceto nos casos mais raros – pelo que seu exército pode fazer contra o território e a vida nacional de seu inimigo ou pelo medo do que a esquadra torna possível para o seu exército fazer (CORBETT, 1911, p.14).

As ideias de comando no mar, ou de suas diversas possibilidades de controle, vão, de certa forma, influenciar as abordagens sobre as mudanças na guerra com o advento da aviação.

A ESTRATÉGIA E O PODER AÉREO

O surgimento do avião e a concepção de que o Poder Aéreo teria vantagens tão significativas em relação às medidas defensivas contra a sua atuação sobre forças e instalações no mar e em terra fizeram surgir em alguns analistas a ideia de que a guerra poderia ser ganha com a predominância aérea.

Vários foram os advogados da supremacia aérea, no entanto, neste artigo, serão sintetizadas apenas as principais ideias de Giulio Douhet, por ser ele considerado o pioneiro na luta pelo reconhecimento do Poder Aéreo e nas discussões sobre o mesmo no período inicial do seu desenvolvimento. Douhet defendia que a aeronave era uma arma ofensiva que possuía tantas potencialidades que medidas defensivas eram difíceis de serem pensadas. Para ele, nas guerras do futuro, o campo de batalha decisivo seria o ar. O moral das populações seria dizimado pelos bombardeios aéreos sobre as cidades. Em síntese, o planejamento e a conduta da guerra deveriam ter como princípio “resistir na superfície, a fim de massificar-se o poderio no ar” (DOUHET, 1988, p. 227).

Assim sendo, Douhet defendia que a conquista do domínio do ar em caso de guerra seria necessária e suficiente para garantir a defesa nacional. Os objetivos prioritários de um ataque aéreo seriam o complexo industrial e as cidades e não as instalações militares e os exércitos. A força aérea inimiga deveria ser eliminada primariamente pela destruição das

suas fábricas, instalações e facilidades logísticas. As forças terrestres e navais teriam uma atitude defensiva, retardando a progressão dos exércitos inimigos e protegendo seu complexo industrial e suas instalações militares. Sendo assim, uma Força Aérea deveria ter prioritariamente aviões bombardeiros, complementada por aviões de caça necessários para assegurar a atuação eficaz dos bombardeios diante da possibilidade de ataque das forças aéreas adversárias (DOUHET, 1988). Em síntese, Douhet advogava o domínio do ar, obtido rapidamente por meio de uma Força Aérea e, depois de obtido esse domínio, o aniquilamento das resistências materiais e morais do inimigo por meio de ataques aéreos.

Para ele, o domínio do ar era similar ao domínio do mar, ou seja “garantindo o uso do ar para si e impedindo-o para o inimigo...” (DOUHET, 1988, pp. 40-41). A ideia de Douhet de que o “comando do ar” permitiria uma liberdade de ação que contribuiria para a vitória na guerra se assemelha à ideia de comando do mar defendida por Mahan. A ideia de domínio implicava o princípio da concentração de forças também defendido por Mahan em relação às forças navais. No entanto, como visto, segundo Corbett, no mar esse “comando” dificilmente é total. Na verdade, ele, normalmente, significa graus de controle que podem ter diferentes graus de temporalidade.

A segunda ideia de Douhet, relacionada com a prioridade dos ataques aéreos ao complexo industrial e às cidades, antecipou, de certa forma, o futuro do emprego do Poder Aéreo, com o propósito de vencer a resistência material e moral do inimigo. Entretanto, o efeito dos ataques aéreos sobre o moral da população foi por ele superdimensionado, como demonstrado na Segunda Guerra Mundial. A ideia de

uma guerra rápida devido aos efeitos dos ataques aéreos também não se confirmou. As considerações de Douhet se fundamentavam em termos de efeitos quantitativos, matematicamente calculados, e na visão de que as forças aéreas seriam baratas e fáceis de construir. No entanto, ele não considerou outras variáveis que influenciaram o resultado dos ataques aéreos, tais como as condições do tempo, as limitações do uso de determinado tipo de bombas, o grau de resistência da população, as alianças, o poder de recuperação nacional, a crescente complexidade e custos dos meios aéreos, e inovações tecnológicas, como o radar (WARNER, 1971).

Douhet foi também um defensor da criação de um Ministério da Defesa que congregasse as forças militares, que acabou sendo criado na Itália em 1927. Da mesma forma, ele afirmava que “a nova doutrina da guerra deve, necessariamente, ser baseada no emprego conjunto das forças armadas... para se alcançar uma meta única” (DOUHET, 1988, pp. 272-273). Suas ideias, portanto, foram visionárias em vários aspectos. Além dos já citados, Douhet propugnava a criação de uma força aérea independente das marinhas e dos exércitos.

No desenvolvimento de suas ideias, ele também se juntou a outros estrategistas que já haviam apontado a importância dos fatores psicológicos e do componente moral no resultado da guerra, como foi o caso de Sun Tzu e de Clausewitz, e da ideia de “comando” do ambiente onde se opera, como pensado por Mahan e, mais tarde, desenvolvida por Corbett com um sentido mais restrito de controle. No entanto, Douhet parece ter superestimado o Poder Aéreo ao considerar que as armas para o combate na superfície ficariam cada vez mais inadequadas e impróprias para a defesa do país e que os exércitos e as marinhas perderiam importância

em relação às forças aéreas (DOUHET, 1988, p. 31 e 45). Fundamentado na sua visão de que “domínio do ar significa vitória”, Douhet afirmava que “a defesa nacional só pode ser garantida por uma força aérea que seja capaz, na eventualidade de um conflito, de obter o domínio do ar... os valores relativos do Exército e da Marinha estão em declínio, em comparação com aqueles das forças aéreas” (DOUHET, 1988, pp. 52-54).

Essas ideias se explicam pela sua atitude mental, por ele descrita como “positivista”. Ele acreditava que podia explicar a capacidade do Poder Aéreo de forma científica, fundamentado em considerações matemáticas e, portanto, prever o resultado da guerra. É neste ponto que ele se diferencia de forma mais aguda de Clausewitz. Talvez impressionado com a nova tecnologia, e considerando que o “passado nada poderia ensinar em relação às formas da guerra”, ele não atentou para os ensinamentos do grande teórico da guerra de que a guerra não é ciência e que Estratégia é arte. Isto, no entanto, não tira os méritos de Douhet como o grande visionário do Poder Aéreo.

CONCLUSÃO

Os tempos mudam, mas as ideias dos grandes pensadores da Estratégia continuam a nos fazer meditar. Isso se deve, principalmente, à visão atemporal defendida tão claramente por Clausewitz de que a Política e a Estratégia estão intimamente associadas. Os instrumentos de força são usados de acordo com a vontade política, à qual se subordinam; são um meio para atingir os fins visualizados pela Política. No processo decisório e durante o conflito, a relação entre meios e fins desempenha um papel fundamental. Os fins podem variar, dependendo dos meios

e das mudanças políticas, estratégicas, econômicas, sociais etc. que ocorrem, inclusive durante o conflito.

O emprego desses meios é uma arte, e a Estratégia, sendo arte, vai contra os dogmas que tentam transformar o emprego da força como algo “científico”. Na verdade, a lógica estratégica muitas vezes é distinta da lógica linear comum. Na Estratégia, a eficiência produtiva se subordina à eficácia. Uma linha de ação que possibilite a surpresa pode ser escolhida mesmo que a análise a considere mais difícil e arriscada e exigir mais esforço que uma outra que, mesmo tendo uma série de vantagens, não permita surpreender o adversário. Assim sendo, na Estratégia, o pior caminho, muitas vezes, pode ser o melhor para alcançar a surpresa e conquistar a vitória (LUTTWAK, 1992).

Clausewitz afirma que “a guerra pode ter sua própria gramática, mas não sua própria lógica” (CLAUSEWITZ, 1989, p. 605). A lógica será sempre determinada pelo objetivo político que se deseja alcançar. A tecnologia, por exemplo, que é apenas uma dimensão da arte de fazer a guerra, muda com o passar do tempo. Embora importante, ela é parte da gramática. Ela não muda a lógica da guerra. “A tecnologia, para funcionar, depende da existência de um mundo físico objetivo (...) com seu caráter uniforme, repetitivo, previsível. Ela funciona em uma lógica linear. A lógica da guerra, por outro lado, é paradoxal, oposta à linear. A guerra é um assunto do coração” (CREVELD, 1991, p. 314). E nesse assunto, risco, caos, incerteza, fatores irracionais, tais como moral, coragem e honra, jogam um papel fundamental. A guerra é uma trindade de paixão, chance e razão (CLAUSEWITZ, 1989).

Segundo Clausewitz, o sucesso do emprego da força depende do governo, do povo e do poder militar. Portanto, o suc-

so dependerá sempre do equilíbrio entre a vontade política, o apoio da população e a eficácia na condução do emprego da força. Embora a tecnologia seja importante e ajude a alcançar a vitória, ela é apenas um elo na corrente da guerra. Os fatores não materiais, inclusive os morais, desempenham um papel fundamental no sucesso do conflito. Todo esse conjunto de ideias deve ser entendido no contexto da interação entre vontades conflitantes, portanto, o “outro” joga um papel relevante no ambiente estratégico, definindo a condição recíproca do conflito, cuja natureza varia, dependendo do contexto. Isto implica a necessidade de os decisores possuírem uma aguda capacidade de avaliação política e de julgamento estratégico. Assim sendo, nem sempre a vitória no emprego da força significa sucesso e nem sempre o sucesso na resolução do conflito depende da vitória no emprego da força. O sucesso é alcançado, normalmente, quando se consegue um resultado político que leve em conta aspectos fundamentais para ambos os lados, possibilitando uma coexistência pacífica e um ambiente mais estável pós-conflito.

Este trabalho começou com uma frase de Platão: “Apenas os mortos viram o fim da guerra”. A História, infelizmente, mostra que a guerra tem sido uma constante na jornada da Humanidade, e parece que no futuro previsível isso não mudará. Embora cada guerra tenha suas peculiaridades, a natureza da guerra é imutável. Ela é a aplicação da violência para atingir objetivos políticos (GRAY, 2006, p. 29-37). Como afirmado por Clausewitz, “a guerra é um duelo em grande escala... é um ato de força para obrigar nosso inimigo a fazer nossa vontade. A guerra é um fenômeno constituído por uma trindade paradoxal composta de violência, ódio e inimizade” (CLAUSEWITZ, 1989, pp. 75

e 89). Essa natureza não mudará, embora possam mudar os diferentes aspectos políticos, econômicos, sociais, tecnológicos e ambientais de cada conflito.

A esperança de que a guerra entre as grandes potências havia se tornado coisa do passado parece ir se esvaindo quando a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA estabelece que a principal preocupação de segurança para aquele país é a competição estratégica com outras potências e afirma que os “Estados Unidos responderão à crescente competição política, econômica e militar, principalmente com a China e a Rússia, que busca desafiar o

poder, a influência e os interesses norte-americanos e erodir a segurança e a prosperidade dos EUA” (USA, 2017, p. 2).

Como o emprego da força e a ameaça do seu uso não parecem fadados a desaparecer em futuro previsível, a sua íntima relação com a política garante que os instrumentos de força continuarão a desempenhar um papel importante na política contemporânea. Assim sendo, os Estudos Estratégicos, mesmo avançando por diferentes veredas e abordagens contemporâneas, não poderão deixar de analisar o caminho que os estrategistas “clássicos” traçaram com tanta sabedoria.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ARTES MILITARES>; Arte da Guerra; Estratégia Naval;

BIBLIOGRAFIA

- ART, Robert J. “The Fungibility of Force”. In: ART, Robert J. and WALTZ, Kenneth, N. *The Use of Force: Military Power and International Politics*. USA, Lanham, Rowman&Littlefield Publishers, Inc. 2004.
- BRODIE, Bernard. *War and Politics*. New York, Macmillan Publishing Co, Inc, 1973.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War*. Princeton University Press, 1989.
- CORBETT, Julian S. *Principles of Maritime Strategy*. Mineola, New York. Dover Publications, Inc. 1911.
- CREVELD, M. Van. *Technology and War. From 2000 b.C. to the presente*. UK Brassey’s, 1991.
- CROWL, Philip A. “Alfred Mahan: The Naval Historian”. In: Peter Paret (Ed.). *Makers of Modern Strategy*. New Jersey, Princeton University Press. 1986. pp. 444-477.
- DOUHET, Giulio. *O Dominio do Ar*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada. 1988.
- GRAY, S. Colin. *Another Blood Century*. New York, NY. Phoenix, 2006.
- GRAY, S. Colin. *Strategy and Politics*. New York, NY. Routledge, 2017.
- HANDEL, Michael I. *Masters of War: Classical Strategic Thought*. London, Frank Cass, 2002. 3ed.
- HOWARD, Michael. *Las Causas da Guerra y Otros Ensayos*. Madri. Servicio de Publicaciones Del EME, 1987.
- KALDOR, Mary. *New and Old Wars*. Cambridge, UK. Polity Press, 2012 (epub).
- KENNEDY, Paul M. *The Rise and Fall of British Naval Mastery*. Humanity Books, New York, 1998.
- LUTTWAK, Edward. *La Lógica de Guerra y Paz*. Buenos Aires. Instituto de Publicaciones Navales. 1992.

- MAHAN, A.T. *Estratégia Naval*. Buenos Aires, Escola de Guerra Naval, 1935.
- MAHAN, A.T. *The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783*. New York, Dover Publication Incorporation, 1987.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979.
- SILVA, A. Ruy A. “Mahan e a Política Externa Norte-Americana no Caribe”. Rio de Janeiro, *Revista Marítima Brasileira*, v. 114, n.10/12, out./dez. 1994. pp. 135-140.
- SILVA, A. Ruy A. “The enabling power of the oceans”. *Contexto Internacional*, 39 (2), pp. 237-243. 2017.
- SILVA, A. Ruy A.; MARCONDES, Danilo. “Globalização, Segurança e Defesa no Atlântico Sul”. *Nação e Defesa*, dezembro de 2019, n.154, pp. 69-88.
- SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2003.
- SUN TZU. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro, Record, 1983.
- TSÉ-TUNG, Mao. *Selected Military Writings of Mao Tsé-Tung*. Foreign Language Press, Pekin, First Edition.1963.
- U.S. White House. National Security Strategy of the United States of America. Washington, D.C. December 2017.
- WARNER, Edward. “Douhet, Mitchell, Seversky: Theories of Air Warfare”. In: Edward Mead Earle (Ed.), *Makers of Modern Strategy. Military Thought from Machiavelli to Hitler*. Princeton, Princeton University Press, 1971.
- WYLIE, J.C. *Military Strategy: A General Theory of Control*. Annapolis, Mariland. Naval Institute Press, 1989.